

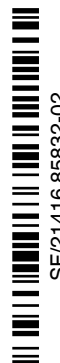


SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para facilitar a realização e celebração do casamento civil e religioso com efeitos civis e dá outras providências.



SF/21416.85832-02

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.512. ....  
.....

Parágrafo único. A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, para as pessoas cuja pobreza for declarada, sob as penas da lei, podendo o oficial exigir a comprovação da hipossuficiência em caso de dúvida, aplicando-se, no que couber, o § 8º, do art. 98, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

.....  
.”

“Art. 1.516. ....  
.....

§ 1º O registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização, mediante comunicação do celebrante



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

ao ofício competente, ou por iniciativa de qualquer interessado, desde que os nubentes estejam previamente habilitados nos termos deste Código; após o referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

.....”

“Art. 1.524. As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas até o momento da celebração pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, sejam também consanguíneos ou afins.”

“Art. 1.525. O procedimento de habilitação para o casamento, observado o disposto no art. 67, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, será requerido por ambos os nubentes, ou por seu procurador, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou de casamento quanto aos nubentes, com prazo de emissão de no máximo noventa dias, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

I – (Revogado);

.....  
.

III – (Revogado);

IV – (Revogado);

.....

Parágrafo único: Caso qualquer dos nubentes seja estrangeiro, a prova do estado civil, idade e filiação poderá ser realizada mediante Certidão



SF/21416.85832-02



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

emitida pela autoridade competente estrangeira ou atestado consular.”

“Art. 1.526. Estando em ordem a documentação, será fixada a data para celebração do casamento, a ser realizada perante a autoridade competente.

Parágrafo único. Caso haja impedimentos matrimoniais ou causas suspensivas, o procedimento será submetido ao juízo competente.”

“Art. 1.527. – (Revogado)

.....  
”

“Art. 1.531. Cumpridas as formalidades do art. 1.526 e verificada a inexistência de fato obstativo, o oficial do registro dará publicidade, em meio eletrônico, da habilitação e extrairá, no prazo de até cinco dias, o certificado de habilitação, podendo os nubentes contraírem matrimônio.”

.....”

“Art. 1.533. Expedido o certificado de habilitação, celebrar-se-á o casamento, no dia, hora e lugar solicitados pelos nubentes e designados pelo oficial.”

“Art. 1534. ....

.....  
”

§ 3º. A celebração do casamento perante o oficial de registro civil das pessoas naturais competente poderá ser realizada por ferramenta eletrônica que permita a comunicação e participação



SF/21416.85832-02



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

simultânea dos nubentes, autoridade celebrante, testemunhas e oficial de registro ou seu preposto autorizado, servindo-se, para tanto, de ferramenta que assegure a livre manifestação da vontade dos nubentes.

.....  
”

“Art. 1.536. ....  
.....  
...”

IV – a data da celebração do casamento;

.....  
”

**Art. 2º** A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

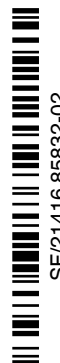
“Art. 33. ....  
.....  
....”

VI – “D” - de registro de publicação de habilitação em meio eletrônico.

.....  
.”

“Art. 43. O Livro D será escriturado exclusivamente em meio eletrônico, devendo constar o nome dos nubentes, estado civil, filiação e endereço e data da publicação da habilitação.

Parágrafo único. As despesas de publicação serão pagas pelo interessado.”



SF/21416.85832-02



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

“Art. 44. – (Revogado)

.....  
”

“Art. 67. ....

.....  
”

§ 1º Estando em ordem a documentação e inexistindo impedimentos matrimoniais ou arguição de causas suspensivas, o oficial emitirá, no prazo de até cinco dias, o certificado de habilitação com o qual os nubentes poderão contrair matrimônio perante qualquer serventia de registro civil das pessoas naturais, de sua livre escolha, observado o prazo de eficácia do art. 1.532, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

§ 4º (Revogado)

§ 5º Se houver impedimento ou arguição de causa suspensiva, o oficial dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem, em três dias, prova que pretendam produzir, e remeterá os autos a juízo; produzidas as provas pelo oponente e pelos nubentes, no prazo de dez dias, com ciência do Ministério Público, e ouvidos os interessados e o órgão do Ministério Público em cinco dias, decidirá o Juiz em igual prazo.

§ 6º Quando o casamento se der perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais diferente



SF/21416.85832-02



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

daquele da habilitação, deverá ser comunicado o registro pela Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC para a devida anotação no respectivo procedimento de habilitação.

.....  
...”

“Art. 69. – (Revogado)”

“Art. 70. ....  
.....  
..”

4º) – a data da celebração do casamento;

.....”

“Art. 73. No prazo de noventa dias a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.

.....  
..”

“Art. 74 .....  
.....  
....”

Parágrafo único. Processada a habilitação, o oficial fará o registro do casamento religioso, de acordo com a prova do ato e os dados constantes do processo, observados os requisitos formais do assento de casamento.



SF/21416.85832-02



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

.....  
....”

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto é facilitar a realização do casamento civil e regularizar inúmeras situações de fato em prol do instituto do casamento.

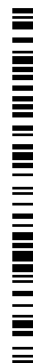
Justifica-se a nova redação dada ao Código Civil e a Lei de Registros Públicos com o fim de dispensar o prazo de editais e possibilitar a celebração do casamento em meio eletrônico, evitando-se maiores gastos da população.

Hoje, a população procura cada vez mais situações informais por acharem o casamento muito burocrático, trazendo, como consequência, riscos à segurança das relações familiares.

A família matrimonial é a base da sociedade e tem importância para a proteção de direitos, assim como para assegurar o devido cumprimento de deveres familiares.

O Projeto de Lei, por agilizar o procedimento de habilitação, simplificar o registro e a celebração dos casamentos, desde que verificada a inexistência de impedimentos matrimoniais ou causas suspensivas, confere uma medida de efetiva desburocratização em prol da segurança jurídica e das famílias brasileiras.

Assim, apresento aos meus pares este Projeto de



SF/21416.85832-02



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

Lei que visa simplificar a realização do casamento civil

Senadora **SORAYA THRONICKE**  
PSL - MS



SF/21416.85832-02